

Prefeitura de Rio Branco – AC

P03 - PROCURADOR MUNICIPAL
Turno: MANHÃ

Tipo de Prova
1

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“A vida é uma grande feira e tudo são barracas e saltimbancos.”

(Fernando Pessoa)

ATENÇÃO

Este caderno contém cem questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E), e três questões discursivas.

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4 Horas

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Sr. Candidato, ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar a capa de sala.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 05.

Boas maneiras no bar

Paulo Pestana
Crônica

O ambiente dos botequins pode assustar aos incautos, principalmente a quem torce o nariz para aquela descontração toda. Mas é preciso compreender que ali – incluindo a classe dos pés-sujos – também há uma etiqueta, o que, conforme os franceses ensinaram, é aquele conjunto de normas cerimoniais que controlam o comportamento adequado a cada situação social. Coisa de gente fina.

Não obedece aos mesmos parâmetros que as moças de boa família encontravam no Socila, o mais badalado curso de boas maneiras e elegância do país, que hoje oferece até aulas via computador, prometendo 12 segredos infalíveis para causar boa impressão. Também não chega ao nível de detalhamento do *Jornal das Moças*, antiga publicação com artigos e dicas para as casadoiras.

A etiqueta do botequim é um conjunto de normas que garante a boa convivência entre os frequentadores, um povo eclético, difícil, cuja beligerância aumenta de acordo com o esvaziamento dos copos. São, na prática, regras de armistício.

Uma delas é o tratamento dispensado ao atendente. Se for o proprietário, é preciso cuidado porque normalmente são pessoas calejadas pelos chatos que são atraídos como moscas na vitrine de petiscos. Esses calos não engrossam apenas a pele, mas o caráter, o que muitas vezes é confundido com grossura, mas outras é ignorância pura mesmo.

Regra número um: não chame o atendente de psiu. É ofensa grave. Faça como o pessoal do Skank: chame de chefia, amigão, tio, brother, camarada – mas nunca de “ô”, “pist”, ou qualquer outra onomatopeia. O mais educado é perguntar o nome e tratá-lo por ele; é garantia de bom atendimento, copo limpo e petisco intacto.

Outra norma importante vai na contramão da etiqueta formal: o palito. O ato de esgaravatar os dentes fez com que dentistas e dândis se unissem e formassem uma liga contrária. E palitos, nem aqueles que vêm embrulhadinhos, são permitidos em mesas de gente bem. No boteco é o contrário. O palito é o que mantém aquele bife a rolê do mostruário firme, enrolado na cenoura, e ainda serve para retirar o fiapo que ficou entre os dentes.

O palito é também usado para passar o tempo no jogo de porrinha, para tirar caraca de baixo da unha, riscar a toalha de papel vegetal na mesa, até para segurar guardanapo sobre o petisco, antes da mosca pousar. Se nos restaurantes não se usa palito nem no banheiro com a luz apagada, como ensinava Danuza Leão, nos bares eles são insubstituíveis.

Outro elemento importante, que exige uma técnica especial, é a cordinha da descarga do banheiro. Boteco raiz não tem urinol preso na parede. As necessidades são feitas num único lugar: a privada. Mas é preciso dar descarga; e aí vem a dúvida: a cordinha para liberar a água deve ser pega por onde? Na pontinha? Lá em cima? No meio? Tudo encardido. Melhor usar papel higiênico e puxar.

Por fim, uma regra básica: não reclame da comida. Não se devolve prato por causa de um bife com nervo ou fora do ponto, como em restaurante. O substituto pode vir com sabor de vingança; ácido, amargo e, às vezes, pegajoso.

PESTANA, Paulo. Boas maneiras no bar. *Correio Brasileiro*, 31 de maio de 2023. Disponível em: <https://blogs.correiobrasiliense.com.br/paulopestana/boas-maneiras-no-bar/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Questão 1

Para o cronista, as regras de etiqueta nos bares servem como “regras de armistício” porque:

- (A) colaboram para que não haja conflitos e brigas entre seus frequentadores.
- (B) impedem que seus frequentadores bebam e comam sem pagar pelos serviços.
- (C) auxiliam no controle, por parte do dono do estabelecimento, de pessoas que portam armas.
- (D) reúnem maneiras que ajudam na manutenção de disputas dentro do estabelecimento.
- (E) facilitam o controle sobre os garçons para que eles não entrem em conflito com os frequentadores.

Questão 2

No trecho “Não se devolve prato por causa de um bife com nervo ou fora do ponto, como em restaurante. O substituto pode vir com sabor de vingança [...]” (último parágrafo), os períodos podem ser reunidos em somente um por meio da inserção da seguinte conjunção:

- (A) “contudo”.
- (B) “portanto”.
- (C) “pois”.
- (D) “entretanto”.
- (E) “ora”.

Questão 3

Analisando-se o contexto geral da crônica, percebe-se que o autor:

- (A) critica o fato de que as regras de etiqueta dos bares e dos botecos não seguem os padrões franceses.
- (B) defende o ponto de vista de que há uma organização social a ser seguida nos bares e nos botecos.
- (C) mostra-se indignado pelo fato de não poder chamar os atendentes de qualquer maneira.
- (D) considera os atendentes de bar pessoas grosseiras que não sabem lidar com clientes chatos.
- (E) aprecia mais os bares e os botecos em que moças frequentadoras do Socila trabalham.

Questão 4

No trecho “O ambiente dos botequins pode assustar aos incautos, principalmente a quem torce o nariz para aquela descontração toda.” (1º parágrafo), a palavra “incautos” pode ser substituída, sem alteração de sentido ao enunciado em que é empregada, por:

- (A) “prudentes”.
- (B) “maliciosos”.
- (C) “festeiros”.
- (D) “impacientes”.
- (E) “descuidados”.

Questão 5

No 5º parágrafo, em que se lê “Regra número um: não chame o atendente de psiu. É ofensa grave. Faça como o pessoal do Skank: chame de chefia, amigão, tio, brother, camarada – mas nunca de ‘ô’, ‘pist’, ou qualquer outra onomatopeia. O mais educado é perguntar o nome e tratá-lo por ele; é garantia de bom atendimento, copo limpo e petisco intacto.”, a que(m) se refere o pronome em destaque?

- (A) Ao nome do atendente
- (B) À onomatopeia usada para chamar o atendente
- (C) Ao pedido feito ao atendente
- (D) Ao atendente
- (E) Ao Skank

Questão 6

Leia o texto a seguir.

“O que a inteligência artificial gera de fascínio, gera também de medo.

Para Daniela Rus, que trabalha com essa tecnologia, o veredito depende de nós, humanos. [...]

Rus reconhece que a comunidade que **pesquisa** a inteligência artificial ‘não entende todos os aspectos da tecnologia, mas está trabalhando muito para obter uma compreensão mais profunda e aprender sobre seus possíveis usos e obstáculos’. E afirma que há **muitos** que se dedicam ao desenvolvimento de ferramentas contra a desinformação e contra outras coisas que ‘podem dar errado com a inteligência artificial’.”

3 áreas em que a inteligência artificial já está melhorando nossas vidas. *BBC Brasil*, 18 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl4mx5nvn0>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Quais são, respectivamente, as classes gramaticais a que pertencem as palavras grifadas no excerto acima, considerando o contexto em que foram empregadas?

- (A) Verbo e advérbio
- (B) Substantivo e advérbio
- (C) Pronome e verbo
- (D) Verbo e substantivo
- (E) Substantivo e pronome

Questão 7

Assinale a alternativa cuja sentença apresenta um desvio de paralelismo sintático.

- (A) Considero e gosto muito da ideia de seguir outra carreira profissional.
- (B) A região do Donbass é disputada pelos ucranianos e pelos russos.
- (C) É proibida a entrada de animais domésticos e de crianças neste estabelecimento.
- (D) O computador que comprei é digno de aplausos e de elogios!
- (E) Filmes de suspense e de terror fazem muito sucesso atualmente.

Questão 8

Em qual das sentenças abaixo a concordância do verbo sublinhado se apresenta no singular pelo fato de não haver sujeito na oração?

- (A) Viajei durante seis horas para minha cidade natal.
- (B) Há diversos problemas carentes de atenção ultimamente.
- (C) Chegou, enfim, a tão esperada carta de admissão na companhia!
- (D) Mírian esteve no hospital com a mãe para fazer exames.
- (E) Precisa-se de atendente de balcão.

Questão 9

No texto a seguir, observe os conectivos grifados.

Em média, 30 motociclistas morrem em acidentes no trânsito no Brasil por dia. O número de mortes manteve-se estável entre 2011 (11.485 mortes em todo o país) e 2021 (11.115); a taxa de mortalidade também, próxima a 5,7 por 100 mil habitantes, de acordo com o Ministério da Saúde.

No entanto, nesse período aumentou em 55% a taxa de internação de motociclistas que sofreram acidentes no trânsito em hospitais da rede pública de saúde: de 3,9 por 10 mil habitantes em 2011 para 6,1 por 10 mil em 2021. Nesses 10 anos, o custo de serviços médicos e dias de trabalho perdidos passou de R\$ 85 milhões para R\$ 167 milhões. As principais causas dos acidentes são, da parte dos motociclistas, não usar capacete e dirigir alcoolizado ou em velocidade acima do recomendado, além de pavimentação defeituosa (buracos nas ruas), fiscalização deficiente e falta de planejamento urbano. **Em compensação**, segundo estudo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), a taxa de mortalidade de ciclistas no Brasil caiu – de 7,91 por milhão de habitantes em 2006 para 1,8 por milhão em 2017 –, como resultado da instalação de mais ciclovias (*Boletim Epidemiológico*, 27 de abril; *Ciência & Saúde Coletiva*, 7 de abril).

MAIS motociclistas em hospitais. *Pesquisa Fapesp*, junho de 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/mais-motociclistas-em-hospitais/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Esses conectivos em destaque conferem ao texto apresentado, respectivamente, as ideias:

- (A) de exclusão e de compensação.
- (B) de comparação e de adversidade.
- (C) de consequência e de adição.
- (D) de adversidade e de compensação.
- (E) de explicação e de inclusão.

Questão 10

Leia o fragmento apresentado abaixo.

“Foi na Inglaterra, na última terça parte do século XVIII, que nasceu a grande indústria moderna. Desde o início, sua arrancada foi tão repentina, e teve tais consequências, que pôde ser comparada a uma revolução [...]. Hoje, a grande indústria nos envolve por todos os lados; parece até prescindir de definição, tantas são as imagens familiares e sensíveis que evoca: são as possantes fábricas que se erguem na periferia de nossas cidades, as altas chaminés e seu flamejar noturno, o trepidar incessante das máquinas e o agitar atarefado das multidões operárias. [...]”

MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra* (trad. Sonia Rangel). São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988[?].

A palavra “prescindir” indica, nesse fragmento, que:

- (A) não é necessário definir o que é a grande indústria.
- (B) é preciso que haja uma definição mais detalhada do que é a grande indústria.
- (C) não é necessário definir o que são as imagens familiares suscitadas pela indústria.
- (D) é preciso que haja uma definição mais detalhada das imagens familiares suscitadas pela indústria.
- (E) não é necessário definir o que foi a revolução industrial da Inglaterra.

Noções de Informática

Questão 11

Um navegador é o programa que dá acesso aos sites hospedados na internet, tanto em computadores quanto em dispositivos móveis como celulares e tablets. Posto isto, analise e responda.

- I- Google Chrome.
- II- Opera.
- III- Mozilla Firefox.
- IV- Safari.

Das opções acima, quais são consideradas navegadores de internet?

- (A) I e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III e IV .
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 12

“Os _____ se disfarçam de aplicativos inofensivos, enganando os usuários para que façam o download e os usem. Uma vez em funcionamento, eles podem roubar dados pessoais, travar um dispositivo, espionar atividades ou até mesmo iniciar um ataque.”

A lacuna acima deve ser preenchida por:

- (A) spywares.
- (B) worms.
- (C) scarewares.
- (D) adwares.
- (E) cavalos de troia.

Questão 13

Das alternativas abaixo, assinale a que corresponda a um exemplo de antivírus.

- (A) KasperSky
- (B) Oracle Database
- (C) CodeSandbox
- (D) Sublime Text
- (E) Microsoft Imagine

Questão 14

“Nesse tipo de topologia cada nó (computador) se conecta a um nó central (comutador ou switch) utilizando uma conexão independente dos outros computadores. Ela é bastante utilizada atualmente, principalmente em redes de pequeno porte. É de fácil manutenção e de fácil identificação de problemas, entretanto, uma falha do nó central pode desativar toda a rede.”

O trecho acima diz respeito a qual topologia de rede?

- (A) Topologia anel
- (B) Topologia árvore
- (C) Topologia estrela
- (D) Topologia barramento
- (E) Topologia malha

Questão 15

A arquitetura TCP/IP é organizada em quatro camadas, uma delas conhecida como camada de interface de rede. Sobre esta camada, é possível afirmar que:

- (A) refere-se aos programas de aplicação que se utilizam dos serviços da camada de transporte.
- (B) se relaciona a tudo aquilo que um pacote IP necessita para realmente estabelecer um link físico.
- (C) possibilita a comunicação entre os programas de aplicação, de uma forma fim-a-fim, ou seja, garante que os dados transmitidos/recebidos estarão corretos.
- (D) recebe pedidos de transporte para envio de pacotes e conduz estes até a estação final de destino.
- (E) essa camada funciona como um fiscal, ela observa se o pacote tem algum defeito em sua formatação e controla o fluxo com que os pacotes são enviados.

Questão 16

Os (As) _____ são equipamentos ativos de rede que fazem a interligação entre dois segmentos de rede ligados por uma linha de comunicação.

A alternativa que preenche corretamente a lacuna acima é:

- (A) repetidores.
- (B) hubs.
- (C) roteadores.
- (D) bridges.
- (E) switches.

Questão 17

Analise as assertivas abaixo.

- I- cria uma cópia de todos os dados presentes em um servidor para outro local.
- II- nesse modelo só é realizada a cópia de segurança dos dados que foram alterados desde a última operação de backup.
- III- copia todos os dados alterados desde o backup completo anterior.

As assertivas se referem, respectivamente, ao:

- (A) backup completo, backup incremental e backup diferencial.
- (B) backup incremental, backup completo e backup diferencial.
- (C) backup diferencial, backup completo e backup incremental.
- (D) backup completo, backup diferencial e backup incremental.
- (E) backup incremental, backup diferencial e backup completo.

Questão 18

O nobreak é a ferramenta que garante qual princípio da segurança da informação?

- (A) Princípio da Confidencialidade
- (B) Princípio da Integridade
- (C) Princípio da Autenticidade
- (D) Princípio da Humanidade
- (E) Princípio da Disponibilidade

Questão 19

Para que, no MS-Word, o usuário alterne o modo de exibição para o modo exibição de estrutura de tópicos, qual atalho deve ser utilizado?

- (A) Ctrl + Shift + C
- (B) Shift + Tab
- (C) Alt + Ctrl + O
- (D) F5
- (E) Alt + Shift + T

Questão 20

No MS-Excel, o atalho Ctrl + T é utilizado para:

- (A) aplicar ou remover sublinhado.
- (B) recortar células selecionadas.
- (C) exibir caixa de diálogo "Criar Tabela".
- (D) salvar arquivo.
- (E) aplicar ou remover formatação em itálico.

Conhecimentos Específicos**Questão 21**

Sobre a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7347/85), é correto afirmar que:

- (A) a ação civil não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (B) não é admitido o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.
- (C) poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.
- (D) as ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local do réu.
- (E) para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 05 (cinco) dias.

Questão 22

Informação sigilosa é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado. Considerando o que dispõe a Lei de Acesso à Informação (12.527/11) sobre o tema, marque a resposta correta.

- (A) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, não se admite o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia.
- (B) A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal pode ser de competência dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (C) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas, ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição, contudo, admitindo-se o acesso em caso de oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.
- (D) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação, mas não o critério restritivo.
- (E) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação serão no caso da informação reservada, por um período de 25 (vinte e cinco) anos.

Questão 23

No âmbito da Administração Pública Federal, é permitido que as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório. Com base em tais informações e na Lei que rege o Processo Administrativo Federal (Lei n. 9784/99), leia as assertivas abaixo.

I - A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida;

II – Aplica-se a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação;

III - Poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - Cada órgão ou entidade participante é responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à respectiva competência, a fim de subsidiar os trabalhos e integrar o processo da decisão coordenada.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

Questão 24

No ano de 2021, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8429/92) passou por diversas mudanças. Levando em consideração a atualização ocorrida, assinale a alternativa correta.

- (A) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (B) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- (C) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos aos ilícitos previstos na Lei 8429/92.
- (D) Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado e as sanções previstas na Lei.
- (E) No que se refere aos recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.

Questão 25

Está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às sanções que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato. Com base nesta informação, é correto afirmar que:

- (A) na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (B) no caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados por esta Lei, a sanção a ser imposta será o prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, além da suspensão dos direitos políticos.
- (C) alheio à reparação do dano a que se refere esta Lei não haverá dedução no ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.
- (D) as sanções previstas neste artigo podem ser executadas antes o trânsito em julgado da sentença condenatória, por exemplo, havendo interposição de Recurso Especial após manutenção de sentença condenatória junto ao Tribunal respectivo e não for conferido efeito suspensivo ao Recurso.
- (E) a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.

Questão 26

No tocante ao Procedimento Administrativo e Judicial, isto é, quanto aos trâmites nas esferas administrativas e judicial a fim de investigar, apurar a conduta improba, assinale a alternativa correta.

- (A) Na ação por improbidade administrativa é vedado, em caráter antecedente ou incidente, formular pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- (B) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- (C) É permitida a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
- (D) É permitido celebrar acordo de não persecução civil em Ação de Improbidade Administrativa.
- (E) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Questão 27

A despeito do fenômeno da prescrição no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- (A) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (B) nas ações e nos acordos regidos por esta Lei, haverá adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas.
- (C) nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles não se estendem aos demais.
- (D) não haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade.
- (E) o inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial.

Questão 28

Considerando o que dispõe a Lei de Desapropriação (Decreto Lei 3365/41), é INCORRETO afirmar que:

- (A) a desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.
- (B) os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.
- (C) as autorizatárias para a exploração de ferrovias como atividade econômica podem promover a desapropriação, mediante autorização expressa constante de lei ou contrato.
- (D) o poder público não é obrigado a notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização.
- (E) é permitida a mediação, que seguirá as normas da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Código de Processo Civil), e, subsidiariamente, os regulamentos do órgão ou instituição responsável.

Questão 29

As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos são formas de contratação ou de atos unilaterais resultantes do fenômeno da descentralização administrativa, devendo o concessionário prestar um serviço adequado e política tarifária adequada. Todavia, o usuário também deverá contribuir para o serviço. Diante de tais fatos, é correto afirmar que:

- (A) razões de ordem técnica ou de segurança das instalações podem configurar descontinuidade do serviço a sua interrupção, em caráter de emergência ou após prévio aviso.
- (B) o inadimplemento do usuário, tendo em vista a coletividade, não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em emergência ou após prévio aviso.
- (C) a interrupção do serviço por inadimplemento do usuário poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.
- (D) não poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.
- (E) as tarifas não poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Questão 30

A despeito dos contratos de concessão, é correto afirmar que:

- (A) o contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.
- (B) nos contratos de financiamento, as concessionárias não poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão.
- (C) é admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente; todavia, a outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.
- (D) a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não implicará na caducidade da concessão.
- (E) os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros por ela contratados reger-se-ão pelas regras de direito público.

Questão 31

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14133/2021) foi atualizada para se adequar às novas tecnologias e às necessidades do setor público atual. Portanto, tratou-se de uma mudança, especialmente, para trazer um resultado mais vantajoso para a administração pública. Dentre as diversas adequações, prevê-se em um de seus capítulos em especial, os chamados instrumentos auxiliares das licitações e contratações. Com base em tais informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos procedimentos de credenciamento, poderá ser feita a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
- (B) No caso da pré-qualificação, os bens e os serviços pré-qualificados não integrarão o catálogo de bens e serviços da Administração.
- (C) Do Procedimento de Manifestação de Interesse, atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório.
- (D) Em Sistema de Registro de Preços (SRP), no caso de alimento perecível, não é permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido.
- (E) Quanto ao Registro Cadastral, é permitida a exigência, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

Questão 32

É sabido que a habilitação em licitação é o momento em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Desta forma, é correto afirmar que:

- (A) é vedada a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.
- (B) no caso da habilitação econômico-financeira, é permitida a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
- (C) não é permitido à Administração exigir do licitante declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.
- (D) nas habilitações fiscal, social e trabalhista, é permitido ao licitante substituir ou suprimir os documentos exigidos previstos na Lei por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.
- (E) na análise dos documentos de habilitação, é vedado à comissão de licitação sanar erros ou falhas, sendo necessário o cancelamento do certame e a abertura de um novo.

Questão 33

Sobre o julgamento das propostas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14133/2021), é correto afirmar que:

- (A) a Administração não poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
- (B) em caso de empate entre duas ou mais propostas, o primeiro critério de desempate a ser observado pela Administração é a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.
- (C) definido o resultado do julgamento, é vedado à Administração negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- (D) no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- (E) a verificação da conformidade das propostas não poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

Questão 34

Considerando o Direito Cemiterial e Funerário e o que dispõe a Lei Municipal 1.809/2010, assinale a alternativa correta.

- (A) É admitida a existência de mais de um titular de direitos sobre cada sepultura.
- (B) No caso da exumação definitiva, as sepulturas não poderão ser reutilizadas.
- (C) O cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, poderá mediante convênio previamente aprovado pelo Poder Executivo Municipal, ser destinado às instituições e estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa.
- (D) Não é permitida a permanência de vendedores ou ambulantes explorando o comércio de velas, flores, coroas ou congêneres próximo aos cemitérios.
- (E) A exposição e a comercialização de artigos fúnebres somente poderão ser realizada em área permitida às permissionárias, porém, é permitida a exibição ostensiva destes artigos nos salões previstos para a realização de velórios.

Questão 35

Sobre a Lei n. 10257/01, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, é correto afirmar que:

- (A) é permitida a concessão de isenções ou de anistia nos casos de IPTU progressivo no tempo.
- (B) o condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção.
- (C) na ação de usucapião especial urbana não é obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- (D) o direito de superfície não pode ser transferido a terceiros.
- (E) o plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

Questão 36

Sobre o Plano Diretor previsto na Lei n. 10257/01, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- (B) o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- (C) o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de cinquenta mil habitantes.
- (D) O plano diretor deverá conter, no mínimo, um sistema de acompanhamento e controle.
- (E) processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais devem garantir a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos.

Questão 37

A Lei n. 12.651/2012 versa sobre a Área de Preservação Permanente. Em suma, Área de Preservação Permanente é uma área protegida cujo fim é assegurar a preservação da fauna e flora, além de buscar estabilidade geológica e a biodiversidade. Noutras palavras, se busca um equilíbrio no ambiente. Sobre esta Lei, é correto afirmar que:

- (A) é considerado Área de Preservação Permanente, seja em zonas rurais ou urbanas, reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.
- (B) é vedado o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- (C) será admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, podendo com a concessão deste benefício ocorrer a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo.
- (D) no parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes.
- (E) em áreas de inclinação entre 25º e 45º, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvopastoris, desde que observadas boas práticas agrônômicas.

Questão 38

A despeito dos instrumentos da política nacional do meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- (A) Para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, o proprietário ou possuidor de imóvel pode instituir servidão ambiental, limitando o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela.
- (B) É permitido durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.
- (C) Compete à SEMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.
- (D) No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Chefe do Executivo Municipal ou Estadual a aplicação das penalidades pecuniárias previstas na Lei.
- (E) É o Ministério do Meio Ambiente o órgão autorizado a celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para desempenharem atividades de fiscalização ambiental, podendo repassar-lhes parcela da receita obtida com a TCFA.

Questão 39

Quanto aos negócios jurídicos, sua validade e seus defeitos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) a impossibilidade inicial do objeto pode invalidar o negócio jurídico mesmo se for relativa.
- (B) pode ser considerado como coação a ameaça do exercício normal de um direito e o simples temor reverencial.
- (C) se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (D) em caso de lesão, mesmo oferecendo suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito, será decretada a anulação do negócio.
- (E) o credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, não ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

Questão 40

Sobre a obrigação de dar coisa certa e incerta (Direito das Obrigações), assinale a alternativa correta.

- (A) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, porém, não responderá por perdas e danos.
- (B) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (C) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, não sofrerá o credor a perda, devendo o devedor restituí-lo.
- (D) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, porém, não poderá exigir aumento no preço dela.
- (E) Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, exceto por força maior ou caso fortuito.

Questão 41

Leia as assertivas abaixo.

I - Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado;

II – O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado;

III - Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, da data em que for cientificado judicialmente;

IV - Purga-se a mora, por parte do devedor, oferecendo este a prestação mais a importância dos prejuízos decorrentes do dia do evento.

Estão corretas as assertivas:

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

Questão 42

Sobre os contratos e sua formação, é correto afirmar que:

- (A) não deixa de ser obrigatória a proposta se e, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.
- (B) não é lícito às partes estipular contratos atípicos.
- (C) a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.
- (D) não se considera como inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- (E) nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

Questão 43

A despeito da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) as empresas respondem por culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, o que não acontece no caso dos empresários individuais.
- (C) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- (D) os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- (E) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

Questão 44

Conforme destacado no Art. 1.196 do Código Civil: “considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.”. No tocante à posse, é correto afirmar que:

- (A) o sucessor singular continua de direito a posse do seu antecessor, enquanto o sucessor universal é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.
- (B) considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- (C) o possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.
- (D) o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, não tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual.
- (E) o possuidor tem direito a ser restituído na posse em caso de turbação, mantido no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

Questão 45

Sobre a servidão de passagem e seus efeitos, é correto afirmar que:

- (A) as servidões prediais são divisíveis e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das do prédio serviente.
- (B) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nos casos de desapropriação.
- (C) quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este não poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante.
- (D) nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa.
- (E) o dono do prédio serviente poderá, conforme situações específicas na lei, embaraçar o exercício legítimo da servidão.

Questão 46

Acerca dos institutos da prescrição e decadência previstos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes
- (B) A prescrição não pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, podendo ser feito nas fases de contestação e recursal
- (C) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros
- (D) É nula a renúncia à decadência fixada em lei
- (E) Não pode o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei, cabendo às partes o fazê-lo

Questão 47

O controle de constitucionalidade é um mecanismo criado através de Lei como maneira de proteger a soberania da Constituição. Com o fim de garantir o pleno funcionamento das leis e normas constitucionais há dois tipos de fiscalização, e cada controle irá atuar de forma diferente, quais sejam, o controle de constitucionalidade preventivo e o controle de constitucionalidade repressivo, conforme previsto na Lei n. 9868/99. Considerando tais informações e outras na legislação referida, além da própria Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) é admissível a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade os Ministros de Estado.
- (C) depois de proposta a ação declaratória de constitucionalidade ou ação direta de inconstitucionalidade, é permissível a sua desistência.
- (D) o Tribunal não poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.
- (E) a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*.

Questão 48

Conforme previsto no Art. 18, da Constituição Federal, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo todos autônomos. A despeito dessa organização do Estado e o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (B) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- (C) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteção e tratamento de dados pessoais.
- (D) compete, privativamente, à União legislar sobre produção e consumo.
- (E) incluem-se entre os bens dos Estados as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.

Questão 49

Sobre o servidor público, considerando o previsto na Constituição Federal acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (B) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- (C) Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- (D) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social.
- (E) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Questão 50

Leia as assertivas abaixo:

- I - Cada Senador será eleito com dois suplentes;
- II - É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;
- III - Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
- IV - Compete privativamente ao Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

Questão 51

Sobre os Deputados e Senadores, suas imunidades, bem como proibições no exercício do seu mandato, é correto afirmar que:

- (A) os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) os Deputados e Senadores não poderão, desde a posse, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- (C) os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- (D) é incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.
- (E) não perderá o mandato o Deputado ou Senador licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse trinta dias por sessão legislativa.

Questão 52

Acerca do processo de Responsabilidade o qual é submetido o Presidente da República, é INCORRETO afirmar que:

- (A) é permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputado.
- (B) cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.
- (C) o Senado elegerá uma comissão de três membros para acompanhar o julgamento do acusado.
- (D) o acusado comparecerá, por si ou pelos seus advogados, podendo, ainda, oferecer novos meios de prova.
- (E) são efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final.

Questão 53

Acerca da composição do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, cinco juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade.
- (B) O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Senado Federal.
- (C) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, onze Ministros e serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.
- (E) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto, três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 54

No tocante ao direito de acesso às informações e ao rito processual do *Habeas Data*, é correto afirmar que:

- (A) do despacho de indeferimento cabe Recurso de Agravo de Instrumento.
- (B) o requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de 05 (cinco) dias.
- (C) a petição inicial deverá ser instruída com prova da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de trinta dias sem decisão.
- (D) ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de dez dias, preste as informações que julgar necessárias.
- (E) o pedido de *habeas data* não poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

Questão 55

Quanto ao cabimento do Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- (B) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (C) É cabível Mandado de Segurança no caso de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (D) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, não poderá impetrar mandado de segurança.
- (E) É cabível Mandado de Segurança de decisão judicial transitada em julgado.

Questão 56

A despeito das fases processuais e recursais do Mandado de Segurança, é correto afirmar que:

- (A) o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- (B) é admitido o ingresso de litisconsorte ativo após ser despachada a petição inicial.
- (C) concedida a segurança, a sentença não estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição, devendo a parte vencida interpor Apelação.
- (D) é cabível medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- (E) das decisões em mandado de segurança, denegando ou concedendo a ordem, proferidas em única instância pelos tribunais, caberá recurso ordinário, nos casos legalmente previstos.

Questão 57

Consoante previsto na Lei do Mandado de Segurança, o mandado de segurança coletivo pode ser utilizado quando o direito violado pertencer a várias pessoas, e qualquer uma delas pode requerê-lo. Considerando tal informação, assinale a assertiva correta.

- (A) No mandado de segurança coletivo, a liminar poderá ser concedida antes a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.
- (B) É cabível, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.
- (C) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser individuais homogêneos.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode induzir litispendência para as ações individuais.
- (E) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais.

Questão 58

Considerando o que dispõe a Lei da Ação Popular (Lei n. 4717/65), leia as assertivas abaixo.

- I - A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral ou com documento que a ele corresponda;
- II - A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas;
- III - O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental;
- IV - A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

Questão 59

Mévio, Policial Militar, ao se deparar com um bloqueio feito por carros na principal avenida de sua cidade, provocado por manifestantes que protestam contra o aumento dos preços nos postos de combustíveis, exige de um dos manifestantes o valor de R\$ 300,00 para não lhe aplicar sanção pela infração prevista no Art. 253-A, do Código de Trânsito Brasileiro, que diz: “usar qualquer veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela”. Desta forma, Mévio estaria cometendo o crime de:

- (A) prevaricação.
- (B) concussão.
- (C) corrupção passiva.
- (D) peculato.
- (E) excesso de exação.

Questão 60

Tício, morador da cidade X, está inconformado com o aumento do valor do IPTU de sua cidade, e convoca a população para ir às ruas manifestar contra a atual gestão. Ao chegar em frente à prefeitura, Tício e os manifestantes se deparam com a tropa de choque da polícia militar, que determina a sua retirada imediata do local. No entanto, Tício tira do bolso um bolo de dinheiro equivalente a R\$ 1.000,00, dizendo ao policial que o abordou que o pagará para deixá-los continuar com a manifestação. Com base nessas informações, é possível afirmar que Tício cometeu o crime de:

- (A) corrupção ativa.
- (B) tráfico de influência.
- (C) descaminho.
- (D) peculato.
- (E) prevaricação.

Questão 61

A despeito dos limites da Jurisdição Nacional, é correto afirmar que:

- (A) compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional.
- (B) pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- (C) ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- (D) à autoridade judiciária brasileira competirá decorrentes de relações de consumo, mesmo quando o consumidor tiver domicílio ou residência no exterior.
- (E) compete à autoridade judiciária brasileira, em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

Questão 62

Acerca da Competência prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.
- (B) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.
- (C) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.
- (D) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- (E) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

Questão 63

Sobre a capacidade processual, é correto afirmar que:

- (A) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.
- (B) o gerente de filial ou agência não se presume autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo, sob pena de configurar nulidade processual.
- (C) a sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderão opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
- (D) os Estados e o Distrito Federal não podem ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, configurando incapacidade processual.
- (E) o cônjuge não necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.

Questão 64

Leia as assertivas abaixo.

I - Incumbirá ao juiz dilatar os prazos processuais, porém, será vedado alterar a ordem de produção dos meios de prova;

II - O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico;

III - O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte;

IV – Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, porém, justificando as razões pelas quais se afastará.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

Questão 65

Sobre o tempo e o lugar dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais.
- (B) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.
- (C) A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- (D) Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que tiver ciência da ordem.
- (E) Ao juiz é permitido reduzir prazos peremptórios mesmo que sem a anuência das partes.

Questão 66

Acerca da petição inicial e seus requisitos previstos no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) O autor poderá, até a fase saneadora, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- (B) Não havendo conexão, não é lícito cumular, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos.
- (C) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- (D) O pedido deve ser certo, não admitindo-se formular pedido genérico, sob pena de indeferir a inicial.
- (E) Nas causas que dispensem a fase instrutória, condicionado à intimação da parte para se manifestar, poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

Questão 67

É sabida a importância e o quão será determinante uma Audiência de Instrução e Julgamento no âmbito de um processo, sendo muitas vezes oportunidade para a parte produzir a prova decisiva e lhe favorecer ao final. Dito isto, assinale a opção correta.

- (A) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, nesta ordem, autor, testemunhas, perito e os assistentes técnicos.
- (B) Poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz, enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas.
- (C) A audiência não pode ser adiada por convenção das partes, cabendo ao juiz esta decisão.
- (D) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 10 (dez) dias.
- (E) A critério do juiz, finalizada a instrução, dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos.

Questão 68

Acerca da confissão no âmbito do Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) a confissão judicial pode ser espontânea, mas não provocada.
- (B) a confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.
- (C) não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.
- (D) a confissão extrajudicial só terá eficácia nos casos em que a lei exija prova literal.
- (E) Em regra, nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro não valerá sem a do outro.

Questão 69

Sobre prova pericial, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.
- (B) O Juiz não pode formular quesitos, cabendo apenas às partes.
- (C) O perito será escolhido pelo juízo, sendo vedada a escolha pelas partes, ainda que de comum acordo.
- (D) O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 10 (dez) dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- (E) Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogado por igual período.

Questão 70

No que concerne a admissibilidade e o valor da prova testemunhal no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) É lícito à parte provar com testemunhas nos contratos em geral, os vícios de consentimento, porém, será vedado provar nos contratos simulados a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.
- (B) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes menores de 18 (dezoito) anos.
- (C) Não se admite a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.
- (D) Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.
- (E) São suspeitos para serem ouvidos como testemunhas o que intervém em nome de uma parte, como o tutor, o representante legal da pessoa jurídica, o juiz, o advogado e outros que assistam ou tenham assistido as partes.

Questão 71

Leia as assertivas abaixo.

- I - Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu;
- II- Haverá resolução de mérito quando o juiz homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;
- III - O pronunciamento judicial que não resolve o mérito pode obstar a que a parte proponha de novo a ação;
- IV - Se o autor der causa, por 1 (uma) vez, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto.

Estão corretas as assertivas:

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

Questão 72

Ainda sobre a sentença, assinale a opção INCORRETA.

- (A) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- (B) No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.
- (C) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.
- (D) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- (E) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

Questão 73

No cumprimento de sentença, nos casos em que se reconhece a exigibilidade para pagamento de quantia certa, é correto afirmar que:

- (A) se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.
- (B) efetuado o pagamento parcial no prazo de 15 (quinze) dias, a multa e os honorários não incidirão sobre o valor restante.
- (C) para a verificação dos cálculos, o juiz poderá valer-se de contabilista do juízo, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para efetuá-la.
- (D) não ocorrendo pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa e honorários de advogado de vinte por cento.
- (E) quando a complementação do demonstrativo depender de dados adicionais em poder do executado, o juiz poderá, a requerimento do exequente, requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência.

Questão 74

Acerca da Ação Monitória e o seu rito, conforme previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz condenará o autor de ação monitória proposta indevidamente e de má-fé ao pagamento, em favor do réu, de multa de até cinco por cento sobre o valor da causa.
- (B) Na ação monitória não é admitida a reconvenção em decorrência do rito específico.
- (C) Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, o Autor será intimado para regularizar a petição no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
- (D) O autor será intimado para responder aos embargos monitórios no prazo de 10 (dez) dias.
- (E) Sendo a ré Fazenda Pública, não apresentados os embargos previstos, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença.

Questão 75

Conforme preceitua o Art. 789, do CPC, “O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei”. Considerando tais informações e a responsabilidade patrimonial do devedor, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade.
- (B) O sócio réu, quando responsável pelo pagamento da dívida da sociedade, tem o direito de exigir que primeiro sejam executados os bens da sociedade.
- (C) O exequente que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de executada a coisa que se achar em seu poder.
- (D) No caso do fiador, os seus bens ficarão sujeitos à execução se os do devedor, situados na mesma comarca que os seus, forem insuficientes à satisfação do direito do credor.
- (E) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.

Questão 76

Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca da Execução Contra a Fazenda Pública, leia as assertivas abaixo.

I -A Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias, se valendo da prerrogativa do prazo em dobro;

II - Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente;

III – É defeso à Fazenda alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento;

IV - A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu gestor para oposição de Embargos;

V – Na impugnação feita de modo parcial, a parte não questionada pela executada não será, desde logo, objeto de cumprimento, por se tratar de Fazenda Pública.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) IV e V.

Questão 77

Sobre os Embargos à Execução, é correto afirmar que:

- (A) os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é exclusivamente do juízo deprecante.
- (B) é permitido que, reconhecendo o crédito, o executado deposite como sinal o equivalente a trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, bem como parcele o restante em até 10 (dez) vezes.
- (C) A opção pelo parcelamento não importa na renúncia ao direito de opor embargos, podendo ser o valor depositado convertido em caução e, havendo necessidade, complementado até o valor integral.
- (D) Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.
- (E) Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do último mandado.

Questão 78

Acerca das previsões na Lei n. 9099/95, assinale a alternativa correta.

- (A) É de competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.
- (B) Poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- (C) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias corridos, em razão do princípio da celeridade processual.
- (D) Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para recurso.
- (E) Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.

Questão 79

É sabido que a Lei n. 6830/80, a Lei de Execuções Fiscais, com o auxílio subsidiário do Código de Processo Civil, permite à Fazenda Pública e suas autarquias a cobrança de Dívidas Ativas. Diante de tais fatos, assinale a opção correta no que tange à Dívida Ativa e seus requisitos.

- (A) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- (B) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- (C) Até a intimação do executado, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída.
- (D) A produção de provas pela Fazenda Pública fica condicionada a requerimento na petição inicial.
- (E) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto nos casos da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

Questão 80

Acerca da garantia da execução, é correto afirmar que:

- (A) é vedado ao executado oferecer seguro garantia.
- (B) o executado não poderá pagar parcela da dívida que julgar incontroversa.
- (C) a penhora poderá recair em qualquer bem do executado.
- (D) o executado poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública.
- (E) o executado poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora sem a necessidade do consentimento expresso do respectivo cônjuge.

Questão 81

Em se tratando de lançamento do IPTU, considerando o que dispõe o Código Tributário do Município de Rio Branco (AC) (Lei 1508/03), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores, devendo estes promoverem a transferência de nome no Cadastro Imobiliário, perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou adjudicação.
- (B) No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário do compromissário comprador.
- (C) O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.
- (D) Na hipótese de a notificação ser feita pelo correio, deverá ser precedida de divulgação, a cargo do Executivo, das datas de entrega nas agências postais dos carnês de pagamento e das suas correspondentes datas de vencimento.
- (E) O imposto será lançado anualmente, observando-se a situação do imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário em 1º de janeiro do ano a que corresponder o lançamento e, tratando-se de obras novas, o imposto será devido a partir do exercício seguinte àquele de sua conclusão.

Questão 82

Ainda sobre o Código Tributário do Município de Rio Branco (AC) (Lei 1508/03), no que tange às isenções tributárias, assinale a opção correta.

- (A) A isenção pode ser prevista através de contrato.
- (B) A isenção será extensiva às taxas e contribuições.
- (C) A isenção não pode ser restrita à determinada região do território da entidade tributante.
- (D) São isentos do imposto os imóveis cujo valor do imposto acrescido das taxas de serviços não ultrapasse 20% da UFMRB na data do lançamento.
- (E) São isentos do imposto os imóveis pertencentes a agremiações desportivas licenciadas, quando utilizados efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais.

Questão 83

Acerca da Penalidade por falta de pagamento do Imposto nos prazos estabelecidos na Lei Municipal 1.508/03, leia as assertivas abaixo.

- I – Sujeitará o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, se o pagamento ocorrer em exercício posterior ao do lançamento do imposto;
- II - Sujeitará o contribuinte à atualização monetária do débito calculada com base no valor da UFMRB vigente a data do lançamento do tributo;
- III - A omissão ou inexactidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido;
- IV - Será aplicada a qualquer pessoa multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto que intervenha no negócio jurídico ou que, por qualquer forma, contribua para a inexactidão ou omissão praticada.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- (A) III.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II.

Questão 84

Sobre o Processo Administrativo Tributário previsto na Lei 1.508/03, assinale a alternativa correta.

- (A) O julgamento dos atos e defesas compete em primeira instância ao Secretário Municipal de Finanças e em segunda instância, ao Chefe do Executivo Municipal.
- (B) Da decisão de segunda instância, caberá ainda pedido de reconsideração.
- (C) É facultado ao contribuinte responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, pelo prazo de 5 (cinco) dias.
- (D) Aplicam-se as disposições do processo administrativo comum ao processo administrativo tributário integralmente.
- (E) Ainda que sejam apurados novos fatos ao longo da ação fiscal, será mantido o prazo inicial para apresentação de defesa.

Questão 85

No que diz respeito à competência tributária e suas limitações, assinale a opção correta.

- (A) A competência tributária é delegável nos casos de atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
- (B) Em regra, é permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou majorar tributos por decreto.
- (C) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que estabeleçam diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.
- (D) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- (E) É permitido que União, Estados, Distrito Federal e Municípios estabeleçam limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

Questão 86

Quanto às operações de crédito estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é correto afirmar que:

- (A) é permitido ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão.
- (B) as entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, podem conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.
- (C) a alteração da metodologia utilizada para fins de classificação da capacidade de pagamento de Estados e Municípios não terá como obrigatoriedade a consulta pública, sendo uma mera faculdade, porém, será assegurada a manifestação dos entes na ocasião.
- (D) excepcionalmente nos casos permitidos por lei, será permitida garantia em operações de crédito internas ou externas acima dos limites fixados pelo Senado Federal.
- (E) o ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.

Questão 87

A despeito das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais, considerando o que dispõe a Lei 9504/97, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nos seis meses que antecedem o pleito, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.
- (B) Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
- (C) Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- (D) A nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
- (E) Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

Questão 88

Ainda sobre as Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais, escolha a opção correta.

- (A) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e com execução orçamentária no exercício vigente.
- (B) Nos seis meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.
- (C) O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do candidato.
- (D) É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.
- (E) Nos anos eleitorais, os programas sociais poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

Questão 89

No que diz respeito ao Conselho Tutelar e levando em consideração as previsões legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente sobre as suas atribuições, leia as assertivas abaixo.

I - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

II - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

III - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder;

IV - Representar a autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e IV.

Questão 90

Sobre o contrato individual de trabalho na modalidade de teletrabalho, assinale a opção correta.

- (A) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho não deverá constar expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho.
- (B) O regime de teletrabalho ou trabalho remoto se equipara à ocupação de operador de telemarketing ou de teletendimento.
- (C) O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.
- (D) O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento pode descaracterizar o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
- (E) Acordo coletivo irá dispor sobre os horários e os meios de comunicação entre empregado e empregador, desde que assegurados os repousos legais

Questão 91

A despeito das férias previstas na CLT, é correto afirmar que:

- (A) é permitido descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.
- (B) o período das férias não será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.
- (C) não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 15 (quinze) dias.
- (D) é permitido o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- (E) desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos.

Questão 92

Considerando a reforma trabalhista ocorrida no ano de 2017, sobre o dano extrapatrimonial, é correto afirmar que:

- (A) a reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.
- (B) a composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, pode interferir na avaliação dos danos extrapatrimoniais.
- (C) a honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica.
- (D) a imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial e o sigilo da correspondência são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física.
- (E) na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar até 10 (dez) vezes o valor da indenização.

Questão 93

A despeito dos Contratos Individuais de Trabalho, assinale a opção correta.

- (A) A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, não afasta automaticamente a qualidade de empregado, cabendo ao empregador provar a ausência dos requisitos da CLT.
- (B) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.
- (C) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- (D) O contrato de experiência não poderá exceder de 03 (três) meses.
- (E) A empresa sucedida nos casos em que restou configurada a sucessão empresarial ou de empregadores nos termos da CLT responderá pelas obrigações trabalhistas subsidiariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.

Questão 94

Leia as assertivas abaixo.

- I - Não integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador;
- II- As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário;
- III - Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados;
- IV - Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e IV.

Questão 95

A despeito da equiparação salarial, considerando em especial a reforma trabalhista de 2017, é INCORRETO afirmar que:

- (A) sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.
- (B) trabalho de igual valor será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos e a diferença de tempo na função não seja superior a um ano.
- (C) o trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.
- (D) no caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (E) a equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

Questão 96

No tocante à interrupção e suspensão do Contrato de Trabalho, assinale a opção correta.

- (A) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por cinco dias, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana.
- (B) A suspensão do empregado por mais de 15 (quinze) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
- (C) O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.
- (D) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, poderá ensejar na alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
- (E) É vedado às partes estipularem em contrato por prazo determinado o cômputo do tempo de afastamento.

Questão 97

Em se tratando de estabilidade no contrato de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido.
- (B) o empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções e a sua despedida poderá ser efetivada no curso do inquérito que apura a situação.
- (C) é garantida a estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador.
- (D) ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança e que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa, é garantida a indenização proporcional ao tempo de serviço.
- (E) se a falta grave praticada pelo empregado não restar configurada após período investigativo, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço, porém, sem pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.

Questão 98

A reforma trabalhista de 2017 trouxe uma novidade para a CLT: a representação dos empregados. Conforme previsto no Art. 510-A, da CLT, "Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores". Diante de tais informações e considerando o que dispõe a CLT sobre o assunto, assinale a opção correta.

- (A) O membro que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão poderá ser candidato nos dois períodos subsequentes.
- (B) Serão eleitos membros da comissão de representantes dos empregados os candidatos mais votados, em votação aberta, permitido o voto por representação.
- (C) A eleição será convocada com antecedência mínima de noventa dias, contados do término do mandato anterior, por meio de edital que deverá ser fixado na empresa, com ampla publicidade, para inscrição de candidatura.
- (D) Será formada comissão eleitoral, integrada por cinco empregados, não candidatos, para a organização e o acompanhamento do processo eleitoral, facultada a participação do sindicato da categoria.
- (E) Os empregados da empresa poderão candidatar-se, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado, com contrato suspenso ou que estejam em período de aviso prévio, ainda que indenizado.

Questão 99

Sobre os Recursos em Geral na esfera trabalhista, é correto afirmar que:

- (A) o depósito recursal não poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- (B) o valor do depósito recursal será reduzido pela metade para empresas em recuperação judicial.
- (C) no ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 100% (cem por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- (D) São isentos do depósito recursal as entidades sem fins lucrativos.
- (E) das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Questão 100

A despeito do exercício do direito de greve e suas limitações, assinale a opção correta.

- (A) Em situações excepcionais, é permitido às empresas adotarem meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.
- (B) Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.
- (C) É vedado aos grevistas a arrecadação de fundos para fins de realização do movimento.
- (D) Em regra, os meios adotados por empregados e empregadores não poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem, sendo flexibilizada tal regra em situações de força maior.
- (E) Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da paralisação.